

# De volta a 1977

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO  
Consultor em estratégia

Em 1977, eu, estudante de engenharia na UFRJ, um jovem de 19 anos e iniciando minha militância política, participei de uma manifestação pela anistia realizada nos pilotis da PUC. Era parte da luta contra a ditadura. As ruas próximas estavam tomadas de PMs e militares, numa clara atitude intimidadora. Durante o ato, helicópteros faziam sobrevoos rasantes, provocando um barulho ensurdecedor.

Nada disso impediu a realização do ato que reuniu centenas de estudantes de várias universidades, sendo um marco histórico. A partir dali, o movimento de resistência ganhou musculatura, passando pela vitória acachapante da oposição nas eleições de 1978 e 1982, culminando com a eleição de Tancredo Neves em 1985, pondo fim oficialmente ao período autoritário.

Agora, 45 anos depois, no último 11 de agosto, eu me vi novamente naqueles mesmos pilotis, em uma manifestação em defesa do estado democrático de direito que aconteceu em várias capitais do país. Sem dúvida, foi um momento marcado por uma mistura de emoções. De um lado, a oportunidade de reencontrar diversos amigos e amigas que estiveram também naquela manifestação em 1977 e com quem convivi na militância política ao longo de décadas. De outro, uma sensação de tristeza e melancolia por estarmos sendo obrigados a voltar às ruas com a mesma agenda para resistir à escalada de retrocessos em curso desde a vitória do atual presidente em 2018.

Porém, o mais importante foi a clara demonstração de que parcelas significativas da sociedade civil brasileira estão dispostas a lutar pela preservação da democracia e das instituições republicanas. Nessa mesma direção, tivemos outro fato muito importante na última terça-feira, qual seja o evento de posse de Alexandre de Moraes como presidente do TSE. Contando com a presença de praticamente todos os ex-presidentes (à exceção de Fernando Henrique por motivos médicos), 22 governadores, 40 embaixadores e diversas outras autoridades.

O ponto alto foi o discurso contundente feito pelo novo presidente do tribunal, cujos trechos iniciais deram o tom, como se pode ver na transcrição abaixo: "A cerimônia de hoje simboliza o respeito pelas instituições como o único caminho de crescimento e fortalecimento da República, e a força da democracia como único regime político, onde todo o poder emana do povo e que deve ser exercido pelo bem do povo". Somos 156.454.011 eleitores aptos a votar. Somos uma das maiores democracias do mundo em termos de voto popular. Estamos entre as quatro maiores democracias do mundo. Mas somos a única democracia do mundo que apura e divulga os



resultados eleitorais no mesmo dia, com agilidade, segurança, competência e transparência. Isso é motivo de orgulho nacional".

Nessa hora, boa parte dos presentes reagiu com aplausos efusivos, num evidente recado para quem tem atacado sistematicamente as urnas eletrônicas com a clara intenção de gerar desconfiança em segmentos da população. Aliás, o filho do mandatário maior do país, que estava na plateia, fez questão de mostrar sua contrariedade, passando recibo por saber ser um dos principais destinatários da mensagem.

E qual o saldo que fica? Bem, apesar de continuarmos a assistir o bolsionarismo insistir na narrativa de ataque ao STF e às urnas, é evidente que eles ficaram mais isolados. Também contribuiu para esse isolamento o comparecimento do presidente à solenidade, ainda que nitidamente constrangido.

É claro que ele já retomou a convocação para os atos do 7 de Setembro. Trata-se de uma reação esperada, principalmente diante da

dificuldade de sua candidatura, conforme apresentada nas últimas pesquisas. Como já escrevi anteriormente, não vejo motivos para preocupação com a possibilidade de um golpe em caso de sua derrota eleitoral. O evento do TSE, inclusive, foi uma espécie de freio às ameaças.

O real risco para a democracia, para o qual devemos ficar atentos e mobilizados, seria a reeleição do presidente. Sua vitória em outubro é improvável, mas não impossível, e representaria um golpe por dentro do próprio regime como já aconteceu em outros países. Refiro-me às nomeações de ministros de tribunais superiores e de desembargadores da segunda instância, às tentativas de tirar autonomia dos governadores sobre as polícias militares e ao crescimento do bolsionarismo como uma milícia armada em decorrência da liberação indiscriminada de armas. Diante de tal ameaça, só resta aos democratas caminharem unidos para evitar, pelo voto, que esses retrocessos se concretizem. Afinal, não podemos permitir uma volta a 1977.

## Estímulos paliativos não vão ajudar o Brasil a crescer

» LUIZ ANTÔNIO FRANÇA  
Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc)

A crise econômica gerada pela pandemia trouxe inúmeros desafios que precisam ser superados por meio de medidas que estimulem o crescimento e a produtividade em diferentes setores de forma sustentada. A descapitalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não vai nos ajudar nessa jornada. Em nome de um benefício voltado a parcela reduzida da população, os saques ao fundo podem comprometer investimentos importantes, que exigem grandes montantes e impactam significativamente a qualidade de vida de inúmeras pessoas, com obras de saneamento básico, habitação popular, mobilidade e saúde.

Um movimento de bondade equivocado. Na prática, a criação de novas modalidades de saques favorece justamente uma pequena parcela da população, os mais ricos, em detrimento de uma grande maioria que se beneficia das políticas sociais viabilizadas pelo fundo. Apenas 13% dos cotistas detêm 80% dos saldos. Em outra análise, ainda mais incômoda — os cotistas com renda mensal acima de 20 salários mínimos concentram 53% do montante total. Não estamos, portanto, contribuindo para uma melhora social, nem mesmo econômica.

O fundo é um pilar de apoio tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. E precisamos proteger os dois. São esses recursos que sustentam os investimentos nos serviços públicos que atendem principalmente a população de baixa renda, sem a necessidade de investimento estatal, além de responderem pela geração de dois milhões de empregos ao ano.

Criado em 1967, ele atua como uma poupança de longo prazo ao trabalhador, com foco em sua aposentadoria. Além disso, garante uma reserva de valor que pode auxiliar o cotista em momentos de vulnerabilidade como,

por exemplo, em uma demissão involuntária ou quando há necessidade de tratamento para doenças graves. Ao longo do tempo, algumas melhorias foram sendo introduzidas na legislação, entre elas o saque no aniversário e a distribuição de lucro aos cotistas. Esse novo arcabouço permite que as pessoas possam sacar anualmente uma parte dos depósitos acumulados. Além disso, a rentabilidade do fundo melhorou nos últimos anos e superou a inflação.

Do lado social, o FGTS é vital para o país. Isso porque sua missão não se limita a ser um recurso dos trabalhadores, como enfatizam os que defendem as medidas de liberação de saques sistemáticos. Se o que desejamos é um país mais igualitário, não podemos omitir dos argumentos sobre a destinação desse recurso que ele também segue regras claras de uso, permitir a continuidade de projetos sociais que o governo não tem como arcar sem essa fonte.

Temos carências em múltiplas frentes. Muitas famílias vivem hoje com grandes dificuldades para atender até mesmo as necessidades mais básicas e ninguém é insensível a isso. A reflexão que se propõe aqui é de termos um olhar mais amplo e não sacrificar ainda mais os já escassos recursos para os projetos que promovem melhorias cruciais para a sociedade e refletem diretamente na qualidade de vida da população menos favorecida. Reeditar medidas paliativas como o incentivo ao saque do FGTS não trata o problema em sua essência, nem mesmo gera crescimento econômico sustentável como alguns defendem.

É no impulso das forças produtivas e com caminhos que ampliam as oportunidades de emprego e qualidade de vida que vamos alcançar um melhor ambiente econômico e social para todos. Em um país com um histórico de altas taxas de juros e restrições orçamentárias por parte do governo, o FGTS foi o grande responsável

por viabilizar o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Essas atividades necessitam obrigatoriamente de juros acessíveis e investimentos de longo prazo para acontecerem. Em diversos países, existem linhas de financiamento específicas para essa finalidade, muitas delas com expressivos aportes de recursos do governo. No Brasil, a sistemática do FGTS garantiu essa dinâmica social.

Estudos mostram que para cada um real investido em saneamento, são economizados quatro reais em saúde. Infelizmente, 11 mil brasileiros morrem por ano por não terem acesso a água potável. Sem investimento, será muito difícil atingir a meta estabelecida pelo Marco Regulatório do Saneamento, que prevê que 99% dos brasileiros tenham acesso a serviços de saneamento até 2030.

Não podemos esquecer também que temos a obrigação de combater o déficit habitacional de 7,8 milhões de famílias. Dados da pesquisa *A jornada de compra do imóvel*, realizada pela Brain Inteligência Estratégica e a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), apontam que 80% dos brasileiros que compraram um imóvel em 2021 tiveram melhorias na sua qualidade de vida. A mesma pesquisa aponta que 77% dos imóveis comprados em 2021 só foram viabilizados por meio dos benefícios do programa Casa Verde Amarela.

O Brasil tem o desafio de continuar crescendo de forma sustentável, gerar empregos e principalmente melhorar a qualidade de vida de sua população. A decisão de ampliar as modalidades de saque deve ser antecedida por uma grande discussão entre governo e sociedade. E caso a decisão seja liberar os recursos aos trabalhadores, é necessária a criação de uma política de transição para que o governo possa assumir o papel econômico social que hoje é feito pelo FGTS.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Decisão em cima do laço

Cientistas políticos e outros entendidos no intrincado mundo das eleições sabem muito bem que as pesquisas de opinião, por conter um conjunto ordenado de informações, possuem um papel importante sobre a decisão do eleitor na hora do voto. Essa observação vale tanto para o chamado voto útil, quando o cidadão escolhe aquele postulante que aparece nas pesquisas com maior chance de vencer, quanto para aqueles eleitores que usam o voto para vedar as chances daqueles candidatos que eles desejam que perca o sufrágio. Ou seja, as pesquisas de opinião fornecem ao cidadão dados que ele usará para decidir seu voto, quer ele perceba ou não essa influência.

Para os candidatos e para os órgãos de imprensa, o material fornecido por esses institutos de pesquisa é base principal para uma infinidade de análises e informações que passam a ser veiculadas diariamente. Fossem apenas esses os objetivos dos institutos de opinião, estaríamos diante de um mundo ideal. Ocorre que os institutos, como empresas que são, e sobretudo seus proprietários, trabalham, também, em pesquisas encomendas diretamente por aqueles que desejam ver e difundir números favoráveis a seus escolhidos, como para encontrar dados que mostram as poucas chances dos adversários.

Nesse quesito, é possível afirmar que existem institutos sérios e outros nem tanto. Basta ver o que diziam nas eleições passadas. Para aqueles que não são candidatos e que representam a grande maioria dos que consomem essas análises, pesquisas maldosamente orientadas e divulgadas para o público, acabam exercendo um papel nefasto para a própria democracia.

Ao insuflar números de determinado candidato e desidratar outros, alguns institutos de pesquisa induzem mal os eleitores e prejudicam o próprio pleito, transformando as eleições num redemoinho de números díspares. Enquanto um instituto apresenta um candidato na dianteira para determinado cargo, outra empresa de pesquisa apresenta números totalmente contrários. Essa disparidade de números, obviamente, concorre para o descrédito de muitos institutos de pesquisa, sendo que, terminada as eleições, muitas dessas empresas simplesmente desaparecem na poeira. Numa democracia, os institutos de pesquisa possuem relevância na medida em que trabalham seguindo os parâmetros científicos de análise comparativa de números apresentados dentro da cartilha da Estatística. Somente institutos que prezam pelo rigor científico conseguem credibilidade e respeito do mercado, dos clientes e dos eleitores. Dos mais de 120 institutos que desde 2018 vem realizando pesquisas locais e no âmbito nacional, apenas uma dúzia delas se mantêm com relativa estabilidade no mercado. Outras, de tanto errar nos números e nas estatísticas, desaparecem ou mudam o nome de fantasia comercial para sobreviver.

A Justiça Eleitoral jura que controla com rigor essas pesquisas, fazendo uma série de exigências, como recortes por regiões, por sexo, escolaridade e outros dados obrigatórios. Para aqueles brasileiros que não consomem esses dados, as pesquisas são feitas de forma popular nas filas de ônibus, da padaria, das farmácias, feiras, nos táxis e nas ruas, sendo que cada um procura conhecer a opinião do próximo sobre determinado candidato e suas propostas, para depois decidir seu voto. A questão aqui é saber até que ponto os brasileiros confiam nas análises e nas pesquisas de opinião.

Levantamento recente mostra que os brasileiros estão divididos nesse assunto. O bombardeamento de números durante as eleições divulgados diariamente pelos institutos de pesquisa, mostrando a posição dos candidatos a cada momento, acaba exercendo influência sobre o eleitor que vê essa disputa acirrada como uma verdadeira corrida de cavalos, com chances ora para um jóquei, ora para outro. No geral o que se nota é uma falta de conhecimento do eleitor sobre o sistema político e isso também conta na hora de votar. Num país tão diverso como o nosso, muitas vezes a decisão do eleitor é tomada no último segundo, ainda na fila de votação, quando o cidadão passa a escutar todo o tipo de história e toma aquela mensagem que lhe chega ao ouvido como decisiva e assim decide, em cima do laço, em quem votar, ou em quem não.

### » A frase que foi pronunciada

“Os ingleses pensam que são livres. Eles são livres apenas durante a eleição dos membros do parlamento.”

Jean-Jacques Rousseau

### Novidade

» A Câmara dos Deputados vai discutir um Projeto de Lei (nº 224, de 2021), que tipifica o crime de estelionato mediante a clonagem dispositivo eletrônico ou aplicativo utilizado pela vítima.

### » História de Brasília

Dá a entender que houve propósito de ferir uma das relíquias de Brasília, porque nenhuma placa foi colocada no local. A torre não é da Novacap, nem do DTUI, nem do DFL, nem do Exército. Ninguém sabe quem construiu, nem com ordem de quem. (Publicada em 09.03.1962)